TURISMO E POLÍTICA DE PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL

MARLENE HUEBES NOVAES (*)

RESUMO: O presente artigo, tem por objetivo destacar o desenvolvimento da atividade turística, através da manutenção dos recursos naturais e histórico-culturais indispensáveis para sua sustentabilidade. Entende-se que o turismo sustentável implica em proteção do meio ambiente, bem estar da comunidade residente, satisfação do turista e desenvolvimento econômico da geração atual e, principalmente, das gerações futuras. Destaca-se a importância da política de planejamento adequada ao período ou ciclo turístico das destinações, considerando-se a capacidade de carga e o sistema de turismo com suas relações de interdependência. Assim, para definir políticas e planos de desenvolvimento turístico torna-se necessária a integração do sistema de turismo na política e nos planos de desenvolvimento, destacando-se a efetiva cooperação entre as diferentes esferas do poder público, iniciativa privada e comunidade para incrementar o turismo como fonte de renda, geração de empregos e desenvolvimento econômico sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento, turismo sustentável, capacidade de carga, sistema de turismo, interdependência.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de planejamento sustentável procura conciliar os objetivos econômicos do desenvolvimento turístico com a manutenção da base de recursos indispensáveis à sua existência. Admite-se assim, que as atividades turísticas só poderão ser eficientes e viáveis num médio e longo prazo garantindo que os recursos de que dependem serão mantidos e mesmo melhorados.

O turismo sustentável está intimamente associado com o legado de valores histórico-culturais e ecológicos da geração presente deixados para as gerações futuras. Logo, paralheando Ross apud Silva, (1995), a necessária compatibilidade entre turismo e o ambiente deve ser objeto de reflexão quando consideramos que desenvolvimento sustentado implica em proteção ambiental, bem estar da comunidade residente, satisfação do turista e integração econômica, sugerindo mesmo que um desenvolvimento turístico pressupõe um modelo de planejamento baseado no ambiente.

Em 1981, a Organização Mundial de Turismo definia a capacidade de carga ou saturação como o ponto a partir do qual, o ambiente físico, econômico e social é degradado, levando à destruição da imagem turística com o conseqüente descontentamento do visitante e da penalização da qualidade de vida da comunidade residente. Com este conceito pretende-se estabelecer do ponto de vista quantitativo, o número de visitantes e o nível de desenvolvimento susceptíveis de não terem consequências negativas sobre os recursos naturais e culturais de um destino turístico.

De acordo com o World Resources Institute, referido pela OMT (1993), poder-se-ão assumir três tipos de capacidade de carga:

- A capacidade de carga ecológica, como sendo o nível de visitantes a partir do qual correrão impactos ecológicos inaceitáveis, quer relacionados com os turistas quer com

(*)Mestre em Turismo e Lazer, pela Escola de Comunicações e Artes-ECA, da Universidade de São Paulo – USP e Docente do Departamento de Turismo e Hotelaria da UNIVALI.
os equipamentos que estes utilizam.

- A capacidade de carga social para o turista, como sendo o nível a partir do qual a satisfação do visitante diminuirá drasticamente em resultado de um excesso de turistas.

- A capacidade de carga social para o residente, como sendo o nível a partir do qual serão inaceitáveis para este as alterações ocorridas.

A avaliação dos limites de capacidade de saturação surge, assim, como um importante instrumento na prevenção de problemas, grande parte deles tendo origem nas significativas flutuações sazonais da procura e no desordenamento espacial da oferta turística. Apenas um planejamento de longo prazo determinará medidas quantitativas que conduzirão à qualidade do produto turístico e que interesssa, tanto à população residente como aos turistas.

Segundo Rushmann (1994), um crescimento desordenado agride e descaracteriza o meio natural e urbano, fazendo com que os turistas busquem outras localidades nas quais a originalidade das paisagens e a autenticidade das tradições ainda não foram afetadas pela sua adequação ao lado comercial da atividade.

Os maiores problemas da falta de planejamento se apresentam em núcleos turísticos saturados, isto é, onde o excesso de demanda criou uma oferta desordenada e imediata causa-se - causando danos praticamente irreversíveis à natureza e ao tráfego urbano. O quadro de saturação de um núcleo turístico receptor se delinea a partir da exploração turística maior do que sua capacidade de suporte.

Em localidades litorâneas, é comum haver ciclos turísticos, conforme ilustrado na figura 01, onde o estágio de saturação requer uma política de planejamento adequada ao período.

GRÁFICO 1: Ciclo turístico adaptado de Fuster por Barretto (1991, p.67).

A = Sem turismo  
B = Em crescimento  
C = Equilíbrio  
D = Saturação  
E = Dissolução  
F = Morte
A revalorização de um núcleo turístico, em estágio de saturação, pela política de planejamento diferencial, supõe desde a definição de um padrão ideal de capacidade de suporte de uma praia até a criação de atrativos artificiais que não dependem da influência da linha do Equador. Pois segundo Barreto (1991), as praias não tropicais têm uma sazonalidade marcante.

Assim o planejamento da evolução do turismo, através da determinação da capacidade de carga, apresenta-se como uma forma preventiva ideal para um desenvolvimento que conserve a natureza, ofereça conforto e satisfação ao turista e não agreda a originalidade das comunidades receptoras.

'O desenvolvimento turístico só deve ocorrer como consequência de uma política de planejamento cuidadosa - não calculada apenas na balança de pagamentos dos países em desenvolvimento ou na relação de custos e benefícios. Ele deve estruturar-se sobre ideias e princípios do bem-estar e da felicidade das pessoas. Os problemas sociais dos países não podem ser solucionados sem uma economia forte e em crescimento, e o turismo pode contribuir para criar-los' (Mcintosh e Goldner, apud Rushann, 1994, p.201).

O desenvolvimento econômico do turismo pode ser viável e constitui o objetivo da maioria dos planos a nível regional e nacional, porém os seus impactos sociais e ambientais são quase que inevitáveis.

A ecologia e a economia, incluindo o turismo, estão ficando cada vez mais integrados - municipal, regional, nacional e internacionalmente - numa rede de causas e efeitos. Os destinos turísticos de maior sucesso na atualidade dependem de arredores limpos, ambientes protegidos e, muitas vezes, dos padrões culturais distintos das comunidades municipais. Os destinos que não dispõem destes atributos estão sofrendo uma diminuição na qualidade e na afluência de turistas. As comunidades locais sofrem com a degradação da qualidade ambiental, a perda de identidade cultural e a diminuição dos benefícios econômicos. E da responsabilidade dos organizadores locais assegurar a gestão apropriada dos recursos atuais de modo a que continuem disponíveis para as gerações futuras.

Felizmente, quando adaptado ao ambiente local e à sociedade, por meio de um planejamento e gestão cuidadosos, o turismo pode desempenhar um papel preponderante na conservação do ambiente. Isto porque um ambiente de beleza paisagística e com características interessantes, vegetação, vida selvagem, bem como ar e água limpas dispõe de muitos dos recursos necessários para atraírem turistas.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi definido pela União Mundial para a Conservação (IUCN) como sendo "um processo que permite o desenvolvimento sem degradar ou esgotar os recursos que o tornam possível. Para tal, gerem-se os recursos de modo a que estes possam se regenerar ao mesmo ritmo em que são utilizados, ou passando a utilizar, em vez de um recurso que se regenera lentamente, um recurso que se regenera mais rapidamente. Desta forma, os recursos podem servir às gerações presentes e futuras".

Reforçando, vale destacar alguns aspectos sobre o planejamento e desenvolvimento do turismo sustentável conforme resultados da Conferência Globe 90, realizado no Canadá, em 1990:

"O planejamento, desenvolvimento e operação do turismo devem ser parte de estratégias de conservação ou desenvolvimento sustentável para uma região, província (estado) ou nação. O planejamento, o desenvolvimento e a operação do turismo devem ser inter-setoriais e integrados, envolvendo várias organizações governamentais, empresas privadas, grupos de cidadãos e indivíduos, permitindo deste modo obter o maior número de benefícios".

Beni (1987), propôs o SISTUR - Sistema de Turismo, apoiado na teoria dos sistemas, conceituando-o como "o conjunto de procedimentos e doutrinas, ideias ou princípios, logicamente ordenados e coesos, com a intenção de descrever o funcionamento da atividade turística como um todo."

Neste sentido o modelo teórico referencial proposto, sugere a análise e o estudo dos seguintes conjuntos:

a) As relações ambientais que envolvem os subsistemas ecológico, social e econômico e cultural;

b) A organização estrutural que envolve a
superestrutura e a infra-estrutura;

c) As ações operacionais que envolvem, no mercado a oferta e a demanda relacionados à produção e ao consumo respectivamente, dependendo ambos do sistema de distribuição.

Logo, para que o levantamento de dados que fundamenta o processo de planejamento turístico possa ser realizado adequadamente, é preciso que se tenha uma visão abrangente e profunda do fato e do fenômeno turístico. É necessário desenvolver e fazer uma descrição exaustiva dos elementos que constituem as realizações do SISTUR, com todos os componentes que estão a ele ligados por relações de interdependência.

Assim, para definir políticas e planos de desenvolvimento turístico é necessário levar em conta muitos fatores. Um deles, talvez o mais importante é a integração do sistema de turismo na política e no plano de desenvolvimento das destinatárias turísticas.


"A atividade do Turismo, cuja responsabilidade a nível Federal cabe ao MICT - EMBRATUR, envolve um complexo de interrelações abrangendo diversas esferas de poder (Federal, Estadual e Municipal) e, também, uma estreita parceria com a iniciativa privada, a qual cabe explora-la."

Deste modo, destaca-se a efetiva cooperação entre as diferentes esferas públicas e a iniciativa privada através da Câmara Setorial de Turismo, para incrementar o turismo como fonte de renda, geração de empregos e de desenvolvimento econômico do País.

Dentro de conceito de um Sistema Nacional do Turismo que congregue todos os agentes intervenientes do processo definem-se como ideais força desta política segundo o MICT - EMBRATUR (1996, p.09):

a) a ordenação das ações do Setor Público orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem estar social;

b) a definição de parâmetros para o planejamento e a execução das ações dos governos estaduais e municipais;

c) a orientação referencial para o setor privado.

O turismo, almejado nas potencialidades naturais do maior país tropical do mundo, pode cooperar de maneira substantiva como instrumento de desenvolvimento regional sustentável, tendo como resultado:

1. a melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros que vivem em regiões com potencial turístico;

2. a diversificação qualitativa dos bens e serviços produzidos e da infra-estrutura receptiva do turismo nacional;

3. a geração de novos empregos e a manutenção dos existentes;

4. a qualificação e requalificação dos recursos humanos já envolvidos;

5. o aproveitamento de mão-de-obra não-qualificada, com sua consequente capacitação;

6. a redução das desigualdades regionais;

7. o maior aporte de divisas ao balanço de pagamento;

8. a integração socio-econômica e cultural da população;

9. a proteção ao meio-ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;

10. a inserção do Brasil no cenário internacional, construindo-se uma imagem externa positiva."

Portanto, o desenvolvimento do turismo sustentável envolve a tomada de medidas políticas vigorosas baseadas em trocas complexas a nível social, econômico e ambiental. O planejamento do turismo é levado a cabo a vários níveis, desde o nível macro ou mais generalizado até o nível micro ou mais pormenorizado, sendo enfocados diferentes aspectos em cada nível de planejamento.

A política de desenvolvimento a nível nacional e regional indica as principais atrações e atividades turísticas, as principais áreas a serem protegidas ou desenvolvidas, os mais importantes segmentos de mercado do turismo, os acessos para os turistas, as regiões / zonas de turismo, as redes de transportes de ligação e os principais elementos institucionais. Em alguns lugares, são também desenvolvidos planos de turismo sub-regionais mais específicos.

Já o planejamento em nível local de desenvolvimento turístico de Municípios, inclui os planos de turismo de edifícios, parques, paisagem, estabelecimentos diversos e respectivas utilizações, que devem levar em conta a maior
integração de planejamento.

Alguns princípios importantes de planejamento em nível nacional e regional necessitam ser compreendidos pelos organizadores de turismo local.

Assim, conforme Rushman (1994), o estabelecimento de um modelo "universal" que direcione e oriente o desenvolvimento dos equipamentos e dos fluxos nos espaços naturais, é praticamente impossível. A variedade de fatores intervenientes é muito ampla, de modo que cada caso terá que ser estudado isoladamente e, de acordo com suas características e o grau de agressão já existente, deverão ser adotadas medidas preventivas ou corretivas. Porém, apesar de sua complexidade, o planejamento adequado não poderá ser omitted ou negligenciado, sob o risco de o "turismo destruir o turismo".

Para tanto, será preciso rever os conceitos do planejamento unidimensional e adotar aquele integrado e sistemático, mais adequado à complexidade dos ambientes designados para os desenvolvimento turístico e às tendências, tanto do mercado produtor do turismo, como aquele dos consumidores (turistas).

Além disso, um planejamento amplo e de longo prazo proporciona a oportunidade de se considerar todos os fatores intervenientes no desenvolvimento dos recursos turísticos e de se aplicar as soluções mais convenientes; e, com relação ao meio ambiente natural, definir as políticas e as estratégias para conservá-lo e viabilizá-lo turisticamente.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Turismo Sustentável é o desenvolvimento racional do turismo sem deteriorar o meio ambiente, utilizando os recursos no presente e não comprometendo as necessidades de atender as gerações futuras. Há necessidade de um equilíbrio entre a preservação dos recursos e a sua utilização, promovendo a conservação ambiental, seja natural ou sociocultural.

Assim, o desenvolvimento sustentável de qualquer atividade está baseado na sustentabilidade ecológica, sociocultural e econômica. Isto significa desenvolvimento sem degradação e destruição dos recursos. Dessa forma o turismo não degrada o meio ambiente e, ao mesmo tempo, gera recursos para sua manutenção e sustentação tanto ambiental quanto econômica.

As atividades de exploração comercial, atitudes de comunidade, ações dos órgãos públicos e a estrutura de uma localidade turística devem estar em sintonia com a preservação do meio ambiente e a sustentação turística da região. Para isso, é preciso considerar a capacidade de carga, que implica na utilização máxima de qualquer lugar, sem que sejam causados efeitos negativos nos recursos, reduzindo a satisfação do turista ou exercendo impactos adversos sobre a sociedade, economia e cultura local.

O planejamento, sob a ótica do turismo sustentável, envolve atividades de caráter multidisciplinar que devem assegurar a preservação ecológica através da diversidade dos recursos naturais e culturais, qualidade de vida compatível com a cultura e os valores dos residentes, mantendo e fortalecendo a identidade da comunidade além de gerar recursos econômicos para a seu desenvolvimento no presente e no futuro.

Concluindo, o turismo sustentável deve ser planejado e desenvolvido de forma consciente e organizada, permitindo a sua continuidade para as gerações futuras.

3. BIBLIOGRAFIA


